Companhia Energética

Miranda

Relatório da Administração e Demonstração Contábil do Exercício 2017

CNPJ: 28.942.127/0001-49
NIRE: 42 3 0004595-1
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

ÍNDICE

Relatório da Administração 3
Balanço Patrimonial 9
Demonstração do Resultado 10
Demonstração do Resultado Abrangente 10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 11
Demonstração dos Fluxos de Caixa 12
Demonstração do Valor Adicionado 13
NOTA 1 – Contexto operacional 14
NOTA 2 – Apresentação das demonstrações contábeis 15
NOTA 3 – Sumário das principais práticas contábeis 16
NOTA 4 – Contas a receber de clientes 19
NOTA 5 – Ativo financeiro de concessão 19
NOTA 6 – Intangível 20
NOTA 7 – Notas promissórias 20
NOTA 8 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 21
NOTA 9 – Imposto de renda e contribuição social correntes 23
NOTA 10 – Patrimônio líquido 24
NOTA 11 – Conciliação da receita líquida 24
NOTA 12 – Imposto de renda e contribuição social correntes 25
NOTA 13 – Lucro por ação básico e diluído 25
NOTA 14 – Transações com partes relacionadas 25
NOTA 15 – Eventos subsequentes 26
Relatório dos Auditores Independentes 27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Miranda ("Miranda" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Miranda ("Usina" ou "UHE Miranda"), em concessão pelo prazo de 30 anos.

A Usina está localizada no Rio Araguari, no município de Indianópolis (MG), com capacidade instalada de 408 MW e energia assegurada de 198,2 MW médios.

Usina Hidrelétrica Miranda	
Início da Construção	1990
Início da Operação	1998
Vencimento da Concessão	28.12.2047
Localização	Município de Indianópolis (MG)
Comprimento da barragem	1.050 m
Altura máxima da barragem	79 m
Volume do reservatório	1.120 hm^3
Unidades geradoras	3
Potência instalada	408 MW

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), serão negociados com a Controladora, ENGIE Brasil Energia, pelo prazo de 13 anos. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Miranda está 100% livre do risco hidrológico durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 100.000 ações ordinárias, a Companhia Energética Miranda acumulava capital social subscrito de R$ 100 ao final de 2017, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), uma empresa sediada em Florianópolis, que atua na geração e comercialização de energia elétrica. No segmento de geração, a controladora implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas, termelétricas e usinas complementares — pequenas centrais hidrelétricas e usinas eólicas, a biomassa e fotovoltaicas. Em 2016, a EBE passou a atuar também no segmento de geração distribuída. Na área de comercialização, compra e vende energia convencional e incentivada, mantendo clientes em todo o território nacional.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros serão eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho de Administração foi estabelecido na Assembleia de Constituição realizada em 9 de outubro de 2017, na qual foram eleitos os senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Carlos Henrique Boquimpani de Freitas, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

A Diretoria Executiva foi estabelecida na 1º Reunião do Conselho, em 9 de outubro de 2017, tendo a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner assume a função de Diretor Presidente, Marcelo Cardoso Malta foi eleito Diretor Administrativo, Financeiro, e de Relações com Investidores e Arthur Roberto Frota Ellwanger assume a posição de Diretor Técnico-Operacional.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A UHE Miranda, desde sua construção, pertenceu à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. A Concessão venceu no decorrer de 2017, indo a leilão em 27 de setembro desse mesmo ano. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE).

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora, com uma oferta de R$ 1,360 bilhão, ágio de 22,4% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Após a assinatura do contrato de concessão, transcorreu-se um curto período de operação assistida, compartilhada entre os antigos e novos operadores do ativo. Em 29 de dezembro, a operação e manutenção da Usina passou a ser integralmente realizada pela equipe da EBE. A partir dessa data, iniciou-se a contagem dos 30 anos de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

Após dois anos consecutivos de desaceleração, a economia brasileira deu sinais de retomada em 2017. Embora modestos, tais sinais indicam potencial para um ambiente mais favorável aos negócios nos anos seguintes. No Boletim Focus publicado em 29 de dezembro de 2017, o Banco Central do Brasil registrou a expectativa de que Produto Interno Bruto (PIB) tenha avançado cerca de 1% em relação a 2016, ano em que a retração se aproximou de 3,5%.

Responsável por cerca de 65% do PIB, o consumo das famílias voltou a crescer no segundo trimestre do ano, registrando a primeira alta desde o final de 2014. Entre os fatores que contribuíram para o aquecimento do consumo está a queda da inflação. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2017 em 2,95% - ante 6,29% registrado no ano anterior. A queda dos juros também favoreceu a melhoria do cenário. Ao longo do ano, a taxa Selic passou de 12,9% para 7,4% - seu menor patamar histórico.

Atingindo cerca de 12,6 milhões de brasileiros, o desemprego alcançou 12% no último trimestre do ano, taxa praticamente estável em relação ao ano anterior. De acordo com o IBGE, o leve incremento do nível de ocupação está relacionado ao aumento do trabalho informal, de modo que a geração de postos de trabalho se deu em funções de menor qualificação.

3.1 Setor Elétrico

O gradual aquecimento da atividade econômica ampliou também sensivelmente a demanda por energia elétrica ao longo de 2017. Entre janeiro e novembro - último mês com registros oficiais divulgados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Energética (EPE), haviam sido consumidos 424.660.589 MWh, um acréscimo de 0,75% em relação ao consumo registrado no mesmo período do ano anterior.

No 11º mês do ano, todas as regiões do país apresentaram taxas positivas, com destaque para Centro-Oeste (+5,7%), Sul (+3,4%) e Sudeste (+2,3%). Entre novembro de 2016 e novembro de 2017, tanto o mercado cativo quanto o mercado livre acumulavam alta: 5,8% e 19,0%, respectivamente.

O consumo de eletricidade nas indústrias foi de 14.240 GWh em novembro, incremento de 3,3% frente ao mesmo mês do ano anterior, o segundo maior avanço de 2017 (após + 4,2% em janeiro).

4. Desempenho Operacional

Conforme mencionado, a operação da Usina passou a ser integralmente feita pela Companhia em 29 de dezembro de 2017. Portanto, até o fim do ano (3 dias), a geração total bruta da Usina Hidrelétrica Miranda foi de 7,0 GWh. Os índices de disponibilidade atingidos no período foram de 100%, não tendo havido, portanto, qualquer parada programada ou não programada.

Há a perspectiva de que a Usina passe a ser operada remotamente no início de 2019, por meio do Centro de Operação da Geração (COG) da controladora, em Florianópolis. Para isso, melhorias de controle e operação serão efetivadas ao longo do ano de 2018.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	20.10.2017 a 31.12.2017
Receita operacional líquida	20.929
Lucro bruto	17.835
Margem bruta	85,2%
Resultado do serviço (Ebit) [1]	17.823
Ebitda (Lajida) [2]	20.150
Amortização	(2.327)
Resultado financeiro	(4.600)
Lucro antes dos tributos (Lucro operacional)	13.223
Lucro líquido do período	10.676

[1] Resultado do serviço (Ebit): lucro operacional + resultado financeiro; e
[2] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + amortização.

Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

a) Receita operacional líquida

A receita operacional líquida alcançou R$ 20.929 em 2017. Cerca de 93,7% dessa receita decorreu do registro de remuneração sobre o ativo financeiro, que será realizado através dos recebimentos futuros pela comercialização de energia elétrica para distribuidoras através do regime de cotas, em montante equivalente ao Retorno da Bonificação de Outorga (RBO), durante o período de vigência da concessão (30 anos). A parcela remanescente da receita corresponde à venda de energia livre na Câmara de Comercialização de Energia (CCEE).

b) Custos operacionais

Esses custos totalizaram R$ 3.094 em 2017 e referem-se essencialmente à amortização de parcela do Bônus de Outorga registrado no Intangível - direito de uso do ativo, no valor de R$ 2.327. Os demais custos decorrem dos encargos de uso da rede elétrica, da compensação financeira para utilização dos recursos hídricos (*royalties*), dos materiais e serviços de terceiros, entre outros menos relevantes.

c) Resultado financeiro

O valor refere-se essencialmente aos juros sobre as Notas Promissórias registrados na despesa financeira, no valor de R$ 5.125.

d) Lucro líquido do período

No período de 20.10.2017 a 31.12.2017, o lucro líquido decorreu dos seguintes fatores: (i) R$ 20.150 no EBITDA; (ii) R$ 2.327 de amortização do intangível; (iii) R$ 4.600 das despesas financeiras líquidas; e (iv) R$ 2.547 do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

A margem bruta foi de 85,2%, desempenho que se deve, essencialmente, ao resultado decorrente das operações no mercado regulado, através do Retorno de Bonificação pela Outorga (RBO). Já a margem líquida ficou em 51,0%. As referidas margens demonstram a boa condição financeira da Companhia já nos primeiros meses de operação.

A tabela a seguir apresenta a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA.

Reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA	31.12.2017
Lucro líquido do exercício	10.676
(+) Imposto de renda e contribuição social	2.547
(+) Resultado financeiro	4.600
(+) Amortização	2.327
EBITDA	**20.150**

O EBITDA apresentado pela Companhia segue a orientação estabelecida na Instrução CVM nº 527/2012, que passou a reger a divulgação desse indicador não contábil. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Internacionais e as Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

6. Gestão Socioambiental

A Usina Hidrelétrica Miranda, quando operada pelo antigo proprietário, possuía as certificações ISO 9001 (Qualidade) e 14001 (Gestão Ambiental) e ainda OSHAS 18001 (Saúde e Segurança). Com a transferência do ativo, as certificações são perdidas, havendo a necessidade de haver novos processos de certificação, pautados pela cultura, modelo de gestão, políticas e procedimentos da nova operadora.

A Administração da Companhia está engajada em realizar as adaptações estruturais eventualmente necessárias, bem como a aculturação e capacitação dos recursos humanos direta e indiretamente envolvidos na operação da Usina para que, ainda em 2018, possam ser reconduzidos os processos de certificação acima citados, dado que a controladora, ENGIE Brasil Energia, possui tais certificações em 12 Usinas em todo o país, o que indica que as condições básicas já estão estabelecidas.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, executados por liberalidade da Companhia, uma vez que não há condicionantes legais:

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;

b) Programa de Reflorestamento Ciliar;

c) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;

d) Afugentamento e resgate de peixes nas paradas de máquinas;

e) Monitoramento da ictiofauna;

f) Programa de Peixamento;

g) Operação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Jacob;

h) Programa de educação ambiental; e

i) Acervo arqueológico

7. Recursos Humanos

A Companhia Energética Miranda não possui empregados e sua administração é realizada pela controladora ENGIE Brasil Energia, com a qual assinou contrato de prestação de serviços administrativos e financeiros e de reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina, com vigência a partir de 01.01.2018, no qual estão incluídos os montantes relativos a remuneração dos Diretores e do Conselho de Administração.

Cabe ressaltar que empregados da antiga controladora estão sendo avaliados para eventual inclusão no quadro de colaboradores da nova operadora. É do interesse da Administração manter esse vínculo com tais profissionais, que não só agregam todo o conhecimento histórico das especificidades da Usina, como também possuem o capital social e de relacionamento com as comunidades do entorno, parceiros e fornecedores locais. Há aí um ativo intangível considerável, especialmente no estabelecimento de relações duradouras de longo prazo, como é objetivo da Companhia. Traduzindo em números, 80 pessoas se inscreveram para oportunidades na Usina, sendo 29 empregados ou ex-empregados da CEMIG, além de terceirizados e prestadores de serviço.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2017.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia Energética Miranda agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2017.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		888
Contas a receber de clientes	4	2.144
Ativo financeiro de concessão	5	114.625
		117.657
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Ativo financeiro de concessão	**5**	**853.754**
Intangível	**6**	**408.896**
		1.262.650
TOTAL		**1.380.307**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2017
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores		100
Dividendos	10	1.066
Notas promissórias	7	783.679
Imposto de renda e contribuição social a pagar		739
Outras obrigações fiscais e regulatórias		845
Outros passivos circulantes		8
		786.437
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	1.682
Outros passivos não circulantes		5
		1.687
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	
Capital social		10
Adiantamento para futuro aumento de capital		582.563
Reserva legal		20
Dividendos adicionais propostos		9.590
		592.183
TOTAL		**1.380.307**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE 20 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	20.10.2017 a 31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11	**20.929**
Custos operacionais		
Amortização de intangível	6	(2.327)
Material e serviços de terceiros		(510)
Encargos de uso da rede elétrica		(100)
Royalties		(42)
Outros custos operacionais		(115)
		(3.094)
LUCRO BRUTO		**17.835**
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		(12)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**17.823**
Resultado financeiro		
Renda de aplicações financeiras		566
Juros de notas promissórias	7	(5.125)
Outras despesas financeiras		(41)
		(4.600)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**13.223**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	12	(865)
Diferido	9	(1.682)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**10.676**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO – EM REAIS	**13**	**106,7630**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO DE 20 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	20.10.2017 a 31.12.2017
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**10.676**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**10.676**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA

CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE 20 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

		Capital social						
	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Capital subscrito		100	(100)	-	-	-	-	**-**
Integralização de capital em 20.10.2017	15	-	10	-	-	-	-	**10**
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	-	-	582.563	-	-	-	**582.563**
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	10.676	**10.676**
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal	10	-	-	-	20	-	(20)	**-**
- Dividendos mínimos obrigatórios	10	-	-	-	-	-	(1.066)	**(1.066)**
- Dividendos adicionais propostos	10	-	-	-	-	9.590	(9.590)	**-**
Saldos em 31.12.2017		**100**	**(90)**	**582.563**	**20**	**9.590**	**-**	**592.183**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA O PERÍODO DE 20 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	20.10.2017 a 31.12.2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	13.223
Ajustes para conciliar o lucro antes dos tributos com o caixa gerado pelas operações:	
Remuneração e variação monetária do ativo financeiro de concessão	(19.602)
Amortização do intangível	2.327
Juros de notas promissórias	5.125
Lucro ajustado	**1.073**
(Aumento) nos ativos	
Contas a receber de clientes	(2.144)
Ativo financeiro de concessão	(948.777)
Aumento nos passivos	
Fornecedores	100
Outras obrigações fiscais e regulatórias	719
Outros passivos	13
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(949.016)**
Atividades de investimento	
Aplicação no intangível	(411.223)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(411.223)**
Atividades de financiamento	
Integralização de capital	10
Emissão de notas promissórias	778.554
Adiantamento para futuro aumento de capital	582.563
Caixa líquido das atividades de financiamento	**1.361.127**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**888**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa	
Saldo inicial	-
Saldo final	888
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**888**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA

CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO DE 20 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

	20.10.2017 a 31.12.2017	
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita bruta de vendas	20.993	
	20.993	
(-) Insumos		
Materiais e serviços de terceiros	(521)	
Outros	(124)	
	(645)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**20.348**	
Amortização de intangível	(2.327)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**18.021**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Renda de aplicações financeiras	566	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**18.587**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
		%
Remuneração:		
Do governo		
Impostos federais	2.690	14,5
Encargos setoriais	55	0,3
	2.745	**14,8**
Do capital de terceiros		
Juros de notas promissórias	5.125	27,6
Outras despesas financeiras	41	0,2
	5.166	**27,8**
Do capital próprio		
Reserva legal	20	0,1
Dividendos	10.656	57,3
	10.676	**57,4**
	18.587	**100,0**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 27.09.2017, ocorreu o Leilão de Concessões não Prorrogadas, promovido pela Aneel, no qual a ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE") e a ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC") formaram um consórcio e arrematataram o lote relativo a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), tendo apresentado o maior valor de bonificação pela outorga para a geração de energia elétrica em regime de cotas, observando o percentual de 70% da garantia física das Usina destinado ao Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar a UHE Miranda, localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia, a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408,0 MW e 198,2 MW médios de garantia física.

Em 10.11.2017, foi assinado o Contrato de Concessão nº 03/2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela destinada ao ACR, a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração – RAG, a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração – GAG, da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga – RBO, da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos. A partir da data de início da contagem do prazo da concessão a Companhia passou a ter direito à totalidade da RAG, que será ajustada anualmente pela Aneel, no dia primeiro de julho. Durante o período de operação assistida, compreendido entre a data de assinatura do contrato e o início do prazo da concessão, a Companhia fez jus apenas à RBO.

Em 27.11.2017, a Companhia emitiu notas promissórias, com vencimento em novembro de 2018, para o financiamento do pagamento da bonificação pela outorga, realizado em 30.11.2017. A Companhia está avaliando a emissão de dívida de longo prazo visando o refinanciamento dessas notas promissórias. Com isto, em 31.12.2017, a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo, no montante de R$ 668.712, o qual deverá tornar-se positivo com o referido refinanciamento da dívida de curto prazo. Ademais, a Companhia conta com todo o suporte necessário da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez. Adicionalmente, em 31.12.2017, foi avaliada a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e não há dúvidas quanto à capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro.

Todos os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia foram indicados pela controladora, no âmbito da qual já são remunerados para o exercício de funções na administração da controlada. A Companhia assinou contrato com a sua controladora, com vigência a partir de 01.01.2018, no qual estão incluídos os montantes relativos a remuneração dos Diretores e do Conselho de Administração. Mais informações vide Nota 14 – Transações com partes relacionadas.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na gestão das atividades da Companhia.

b) Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. Conforme divulgado na Nota 1 – Contexto operacional, em 31.12.2017, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 02.02.2018.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Companhia.

d) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores no exercício apresentado.

e) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

f) Período comparativo

A Companhia foi constituída em 09.10.2017 e suas atividades tiveram início em 20.10.2017, motivo pelo qual não apresenta período comparativo em suas demonstrações contábeis.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos por depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado.

As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor da venda ou cobrança e posteriormente pelo custo amortizado.

a.3) Ativo financeiro de concessão

A bonificação pela outorga paga pela Companhia dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado e hidrológico sobre a parcela de energia destinada ao regime de cotas, ou seja, destinada ao ACR.

Por se tratar de um direito incondicional de receber caixa, conforme definição do CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, o ativo financeiro de concessão é registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes das parcelas a serem liquidadas no ACR e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

a.4) Notas promissórias

São reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Intangível

Refere-se ao direito de uso da infraestrutura, originado pela diferença entre o valor da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão. A amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão. A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar a perda de valores não recuperáveis de seus ativos. Em 2017, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável destes ativos.

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo lucro presumido, de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

Em decorrência da expectativa de mudança do regime tributário de lucro presumido para lucro real, a Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social diferidos, aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias.

d) Demais passivos circulantes e não circulantes

As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, a definição da taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros da energia a ser liquidada no ACR, para fins de definição do montante da bonificação pela outorga registrado como ativo financeiro de concessão.

Considerando que a Companhia deu início às suas atividades em 20.10.2017, não foi requerido à Administração o exercício de julgamentos e a determinação de premissas relevantes que envolvesse risco de causar um efeito significativo no valor contábil dos ativos e dos passivos no próximo exercício, exceto pelo anteriormente mencionado.

f) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

g) Novas normas, alterações e interpretações

g.1) Aplicáveis às demonstrações contábeis de 31.12.2017

As normas internacionais de relatórios financeiros novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos iniciados em ou após 01.01.2017, foram adotadas nas demonstrações contábeis e não tiveram nenhum efeito relevante sobre os valores divulgados para o período:

- Alterações à IAS 7 (CPC 03): Iniciativa de divulgação;

- Alterações à IAS 12 (CPC 32): Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar; e

- Melhorias anuais: Ciclo de IFRS 2014-2016.

g.2) Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas

A partir do exercício iniciado em 01.01.2018, os pronunciamentos contábeis CPC 47 – Receita de contratos com clientes (IFRS 15) e CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) tornam-se efetivos. A Companhia não adotou essas normas nessas demonstrações contábeis e, portanto, não irá adotar tais normas de forma antecipada.

- CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contratos com clientes: estabelece princípios para o registro da receita provenientes de contratos com clientes e sua divulgação. Substituirá os pronunciamentos vigentes de reconhecimento de receita.

- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração, *impairment*, contabilidade de *hedge* e reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A partir de 01.01.2019 estará vigente a seguinte norma, a qual não foi adotada nessas demonstrações contábeis e não será adotada antecipadamente:

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil: introduz exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma estabelece o reconhecimento pelo arrendatário dos ativos e dos passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o seu prazo seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo se manter a classificação dos contratos de leasing como operacionais ou financeiros, conforme definido no IAS 17 – norma internacional equivalente.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos anteriormente referidos, porém, não espera efeitos significativos em suas demonstrações contábeis com a adoção dos novos pronunciamentos, quando aplicáveis.

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2017
Distribuidoras	1.311
Transações realizadas na CCEE	833
	2.144

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

A Companhia não apresenta saldos vencidos em 31.12.2017.

NOTA 5 – ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Em 27.09.2017, a Aneel realizou o Leilão de Concessões não Prorrogadas (Leilão 001/2017), no qual foi arrematado o lote referente a concessão da UHE Miranda e consequente alocação em cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e suas alterações.

A assinatura do contrato de concessão, ocorrida em 10.11.2017, permite a exploração da concessão pelos próximos 30 anos, a contar de 29.12.2017.

A capacidade instalada da usina será destinada na proporção de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") no Sistema de Cota de Garantia Física e 30% ao Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A parcela destinada ao ACR é garantida pelo Poder Concedente e não possui risco de demanda.

A bonificação pela outorga por 30 anos foi de R$ 1.360.000 e o pagamento se deu em parcela única em 30.11.2017.

A Companhia procedeu o cálculo do valor presente decorrente dos fluxos de caixa futuros da energia a ser liquidada no ACR, com base na taxa de desconto antes dos impostos, apurada para a finalidade desse cálculo, de 6,9% a.a., a qual melhor representa a expectativa de retorno desta parcela do investimento. O montante apurado compreende um direito incondicional da Companhia de receber caixa, durante o período de concessão e, por isto, foi classificado como ativo financeiro.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	UHE Miranda
Saldos em 20.10.2017	**-**
Bonificação pela outorga	948.777
Juros	13.378
Variação monetária	6.224
Saldos em 31.12.2017	**968.379**
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	114.625
Ativo não circulante	853.754
	968.379

a) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
2019	86.243
2020	78.000
2021	70.561
2022	63.832
2023	57.746
2024 a 2028	215.847
2029 em diante	281.525
Ativo financeiro de concessão	**853.754**

NOTA 6 – INTANGÍVEL

		31.12.2017		
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total
Bonificação pela outorga	Até 2047	411.223	(2.327)	**408.896**

A diferença entre o valor pago de bonificação pela outorga e o montante registrado como ativo financeiro de concessão, conforme mencionado na Nota 5 – Ativo financeiro de concessão, representa o direito de uso da infraestrutura da Usina registrado no intangível. Esse montante está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão da Usina.

Conforme mencionado na Nota 3 - Sumário das principais práticas contábeis, a Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos ativos. Em 2017, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável do intangível da Companhia.

NOTA 7 – NOTAS PROMISSÓRIAS

Em 27.11.2017, a Companhia realizou a 1ª emissão de notas promissórias, na qual foram emitidas 156 notas promissórias, série única, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal de R$ 5.000, perfazendo o montante total de R$ 780.000, totalizando R$ 778.554, líquido dos custos de captação. Os recursos obtidos destinaram-se ao pagamento da bonificação pela outorga, nos termos do Leilão nº 01/2017.

As notas promissórias são garantidas por aval prestado pela controladora ENGIE Brasil Energia, compreendendo todas as obrigações principais e acessórias assumidas. Não há cláusula de compromissos contratuais (*covenants*).

A Companhia está em processo de avaliação de emissão de uma dívida de longo prazo visando refinanciar essas notas promissórias.

a) Mutação das notas promissórias

	Circulante
Saldo em 20.10.2017	**-**
Valor da emissão	778.554
Juros no resultado	5.125
Saldo em 31.12.2017	**783.679**

b) Principais condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de pagamento – Principal e juros
1ª Emissão – série única	156	104,9% a.a. sobre Δ Taxa DI	11.2018

NOTA 8 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos de seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas às notas promissórias – taxa DI, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

a.1) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das notas promissórias, expostos a riscos da variação de índices inflacionários e taxas de juros, respectivamente.

O cenário-base provável para o ano de 2018 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Variação das taxas de juros e índices:	**2017**	**2018**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Δ + 50% (*)**
IPCA – Risco de redução	2,9%	3,9%	1,0 p.p.	-1,0 p.p.	-2,0 p.p.
CDI – Risco de aumento	7,2%	6,8%	-0,4 p.p.	1,7 p.p.	3,4 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2018.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2017 e os previstos no cenário provável para 2018 e demonstram o incremento no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e de 50% sobre o cenário provável para 2018.

	Saldos em 31.12.2017	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	968.379	9.312	(9.816)	(19.632)
Notas promissórias				
CDI	783.679	2.973	(12.743)	(25.680)
Total		**12.285**	**(22.559)**	**(45.312)**

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras e a venda de energia no ACL. Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para instituições financeiras. Nas operações de venda de energia no ACL, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, pelo período de 13 anos. Maios informações vide Nota 14 – Transações com partes relacionadas.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

Em 31.12.2017, a Companhia mantém em seu passivo as notas promissórias, as quais serão liquidadas em 11.2018. O valor do fluxo de caixa não descontado previsto desse passivo financeiro é de R$ 835.323. Conforme anteriormente mencionado, a Companhia estuda a emissão de uma dívida de longo prazo para refinanciar essas notas promissórias.

d) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.12.2017
Ativos financeiros	
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	
Aplicações financeiras	833
Recebíveis e empréstimos	
Caixa e depósitos bancários à vista	55
Contas a receber de clientes	2.144
Ativo financeiro de concessão	968.379
	971.411
Passivos financeiros	
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado	
Fornecedores	100
Dividendos	1.066
Notas promissórias	783.679
	784.845

As aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1). Não houve transferência entre o Nível 1 e 2. Adicionalmente, todos os ativos e os passivos divulgados acima se aproximam do seu valor justo.

NOTA 9 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram apurados considerando-se as diferenças geradas entre o tratamento contábil e fiscal do registro da bonificação pela outorga, o qual para fins fiscais é integralmente reconhecido como intangível.

a) Composição

	31.12.2017			
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total
Passivo:				
Remuneração e variação monetária do ativo financeiro de concessão	19.602	4.900	1.764	6.664
Amortização da parcela alocada em ativo financeiro de concessão	5.211	1.303	469	1.772
		6.203	**2.233**	**8.436**
Ativo:				
Receita de "Retorno de Bonificação pela Outorga" – ACR	19.865	4.966	1.788	6.754
		4.966	**1.788**	**6.754**
Valor líquido		**1.237**	**445**	**1.682**

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito da Companhia é de R$ 100, dos quais R$ 10 foram integralizados em 09.10.2017, representado por 100.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 99.999 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 1 é de propriedade da EBC.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

Conforme mencionado na Nota 15 – Eventos subsequentes, em 09.01.2018 ocorreu a integralização do capital social no montante de R$ 90 e em 10.01.2018 foi capitalizado o adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R$ 582.563.

c) Dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

A Companhia está propondo a distribuição de dividendos adicionais relativos ao exercício de 2017 no montante de R$ 9.590.

NOTA 11 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	20.10.2017 a 31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
Transações no mercado de curto prazo	833
Distribuidoras de energia elétrica	558
	1.391
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	
PIS e Cofins	(51)
Pesquisa e desenvolvimento	(13)
	(64)
REMUNERAÇÃO E VARIAÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO	**19.602**
RECEITA LÍQUIDA	**20.929**

NOTA 12 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	20.10.2017 a 31.12.2017	
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional bruta	1.391	1.391
Remuneração e variação monetária do ativo financeiro de concessão	19.602	19.602
Ajustes para fins fiscais[1]	1.016	1.016
	22.009	**22.009**
Alíquotas	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	**1.761**	**2.641**
Receita financeira	566	566
Base de cálculo	**2.327**	**3.207**
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(582)**	**(289)**
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	6	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**(576)**	**(289)**

NOTA 13 – LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período.

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores no exercício apresentado, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

	20.10.2017 a 31.12.2017
Numerador	
Lucro líquido do período	10.676
Denominador	
Média ponderada de ações ordinárias	100.000
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**106,7630**

NOTA 14 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Venda de energia

A Companhia firmou contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no qual vende a totalidade de sua garantia física destinada ao ACL, pelo prazo de 13 anos, com início em 01.01.2018. O contrato prevê a venda de 57,5 MW médios ao preço de R$ 130/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA.

[1] Para fins fiscais, é necessário ajustar a receita pela exclusão da remuneração e variação monetária do ativo financeiro de concessão e adicionar a receita de venda de energia no ACR.

b) Serviços administrativos

A Companhia firmou contrato com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2018 e com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros.

Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). O valor anual do contrato é de R$ 395.

NOTA 15 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital social subscrito

Em 09.01.2017, ocorreu a integralização do capital social, no montante de R$ 90. Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10.01.2018, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social da Companhia com o adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R$ 582.563, passando de R$ 100 para R$ 582.663, com a emissão de 582.563.140 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Assim, o capital social da Companhia passa a ser constituído por 582.663.140 ações, das quais 582.663.139 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 1 é de propriedade da EBC.

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Dona Francisca, 260 - salas 1.504
89201-250 - Joinville - SC
Brasil

Tel: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética Miranda
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética Miranda ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de outubro a 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Miranda em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 20 de outubro a 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

"Principais assuntos de auditoria" são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo financeiro de concessão

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e nº 5 às demonstrações contábeis, o ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes das parcelas a serem liquidadas, e posteriormente mantido ao custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente. O contrato de concessão estabelece uma divisão para a destinação de utilização da capacidade instalada da usina de Miranda de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") e 30% ao Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A parcela destinada ao ACR é garantida pelo Poder Concedente e não possui risco de demanda. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o alto grau de julgamento e complexidade na determinação dos fatores e das premissas por parte da Administração, atreladas ao processo de mensuração do ativo financeiro de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados aos cálculos do ativo financeiro de concessão; (ii) discussão das premissas, incluindo a taxa de desconto utilizadas no cálculo do ativo financeiro de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de cálculo preparadas pela Companhia para confronto com os registros efetuados no sistema contábil, com a adequada classificação do ativo financeiro de concessão (contas a receber) e ativo intangível; (iv) recálculo do ativo financeiro de concessão, com o envolvimento dos nossos especialistas em valorização; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo financeiro de concessão e a consequente segregação entre ativo financeiro de concessão e ativo intangível, realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e nº 11 às demonstrações contábeis, a receita da Companhia decorre substancialmente da remuneração e variação monetária do ativo financeiro de concessão e do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da complexidade no processamento e registro das transações e no reconhecimento da receita no período adequado.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, dentre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita (ii) examinamos as planilhas de controle da receita; (iii) recalculamos a receita considerando o contrato de concessão, atentando se os valores foram calculados corretamente e reconhecidos na competência adequada; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizado pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia foi constituída em 09 de outubro de 2017 e, portanto, não há informações comparativas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 20 de outubro a 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, não abrange o relatório da administração e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 02 de fevereiro de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC 1PR 050.422/O-3

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.



Companhia Energética

Miranda

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Regulatórios do Exercício 2017

CNPJ: 28.925.264/0001-75
NIRE: 42 3 0004594-2
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

ÍNDICE

Relatório da Administração Regulatório 33
Balanço Patrimonial Regulatório 39
Demonstração do Resultado Regulatório 40
Demonstração do Resultado Abrangente Regulatório 41
Demonstração dos Fluxos de Caixa Regulatório 41
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório 42
NOTA 1 – Contexto operacional 43
NOTA 2 – Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias 44
NOTA 3 – Sumário das principais práticas contábeis 45
NOTA 4 – Concessionárias e permissionárias 46
NOTA 5 – Intangível 46
NOTA 6 – Notas promissórias 47
NOTA 7 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 48
NOTA 8 – Patrimônio líquido 50
NOTA 9 – Receita operacional bruta 50
NOTA 10 – Lucro por ação básico e diluído 51
NOTA 11 – Imposto de renda e contribuição social correntes 51
NOTA 12 – Transações com partes relacionadas 51
NOTA 13 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários . 52
NOTA 14 – Eventos subsequentes 55
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias 56

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Miranda ("Miranda" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Miranda ("Usina" ou "UHE Miranda"), em concessão pelo prazo de 30 anos.

A Usina está localizada no Rio Araguari, no município de Indianópolis (MG), com capacidade instalada de 408 MW e energia assegurada de 198,2 MW médios.

Usina Hidrelétrica Miranda	
Início da Construção	1990
Início da Operação	1998
Vencimento da Concessão	28.12.2047
Localização	Município de Indianópolis (MG)
Comprimento da barragem	1.050 m
Altura máxima da barragem	79 m
Volume do reservatório	1.120 hm^3
Unidades geradoras	3
Potência instalada	408 MW

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), serão negociados com a Controladora, ENGIE Brasil Energia, pelo prazo de 13 anos. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Miranda está 100% livre do risco hidrológico durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 100.000 ações ordinárias, a Companhia Energética Miranda acumulava capital social subscrito de R$ 100 ao final de 2017, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), uma empresa sediada em Florianópolis, que atua na geração e comercialização de energia elétrica. No segmento de geração, a controladora implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas, termelétricas e usinas complementares — pequenas centrais hidrelétricas e usinas eólicas, a biomassa e fotovoltaicas. Em 2016, a EBE passou a atuar também no segmento de geração distribuída. Na área de comercialização, compra e vende energia convencional e incentivada, mantendo clientes em todo o território nacional.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros serão eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho de Administração foi estabelecido na Assembleia de Constituição realizada em 9 de outubro de 2017, na qual foram eleitos os senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Carlos Henrique Boquimpani de Freitas, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

A Diretoria Executiva foi estabelecida na 1º Reunião do Conselho, em 9 de outubro de 2017, tendo a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner assume a função de Diretor Presidente, Marcelo Cardoso Malta foi eleito Diretor Administrativo, Financeiro, e de Relações com Investidores e Arthur Roberto Frota Ellwanger assume a posição de Diretor Técnico-Operacional.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A UHE Miranda, desde sua construção, pertenceu à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. A Concessão venceu no decorrer de 2017, indo a leilão em 27 de setembro desse mesmo ano. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE).

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora, com uma oferta de R$ 1,360 bilhão, ágio de 22,4% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Após a assinatura do contrato de concessão, transcorreu-se um curto período de operação assistida, compartilhada entre os antigos e novos operadores do ativo. Em 29 de dezembro, a operação e manutenção da Usina passou a ser integralmente realizada pela equipe da EBE. A partir dessa data, iniciou-se a contagem dos 30 anos de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

Após dois anos consecutivos de desaceleração, a economia brasileira deu sinais de retomada em 2017. Embora modestos, tais sinais indicam potencial para um ambiente mais favorável aos negócios nos anos seguintes. No Boletim Focus publicado em 29 de dezembro de 2017, o Banco Central do Brasil registrou a expectativa de que Produto Interno Bruto (PIB) tenha avançado cerca de 1% em relação a 2016, ano em que a retração se aproximou de 3,5%.

Responsável por cerca de 65% do PIB, o consumo das famílias voltou a crescer no segundo trimestre do ano, registrando a primeira alta desde o final de 2014. Entre os fatores que contribuíram para o aquecimento do consumo está a queda da inflação. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2017 em 2,95% - ante 6,29% registrado no ano anterior. A queda dos juros também favoreceu a melhoria do cenário. Ao longo do ano, a taxa Selic passou de 12,9% para 7,4% - seu menor patamar histórico.

Atingindo cerca de 12,6 milhões de brasileiros, o desemprego alcançou 12% no último trimestre do ano, taxa praticamente estável em relação ao ano anterior. De acordo com o IBGE, o leve incremento do nível de ocupação está relacionado ao aumento do trabalho informal, de modo que a geração de postos de trabalho se deu em funções de menor qualificação.

3.1 Setor Elétrico

O gradual aquecimento da atividade econômica ampliou também sensivelmente a demanda por energia elétrica ao longo de 2017. Entre janeiro e novembro - último mês com registros oficiais divulgados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Energética (EPE), haviam sido consumidos 424.660.589 MWh, um acréscimo de 0,75% em relação ao consumo registrado no mesmo período do ano anterior.

No 11º mês do ano, todas as regiões do país apresentaram taxas positivas, com destaque para Centro-Oeste (+5,7%), Sul (+3,4%) e Sudeste (+2,3%). Entre novembro de 2016 e novembro de 2017, tanto o mercado cativo quanto o mercado livre acumulavam alta: 5,8% e 19,0%, respectivamente.

O consumo de eletricidade nas indústrias foi de 14.240 GWh em novembro, incremento de 3,3% frente ao mesmo mês do ano anterior, o segundo maior avanço de 2017 (após + 4,2% em janeiro).

4. Desempenho Operacional

Conforme mencionado, a operação da Usina passou a ser integralmente feita pela Companhia em 29 de dezembro de 2017. Portanto, até o fim do ano (3 dias), a geração total bruta da Usina Hidrelétrica Miranda foi de 7,0 GWh. Os índices de disponibilidade atingidos no período foram de 100%, não tendo havido, portanto, qualquer parada programada ou não programada.

Há a perspectiva de que a Usina passe a ser operada remotamente no início de 2019, por meio do Centro de Operação da Geração (COG) da controladora, em Florianópolis. Para isso, melhorias de controle e operação serão efetivadas ao longo do ano de 2018.

5. Desempenho Econômico-financeiro

a) Receita operacional líquida regulatória

A receita operacional líquida alcançou R$ 21.193 em 2017. Cerca de 99,9% dessa receita decorreu do registro da comercialização de energia elétrica para distribuidoras através do regime de cotas, em montante equivalente ao Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). A parcela remanescente da receita corresponde à venda de energia livre na Câmara de Comercialização de Energia (CCEE).

b) Custos gerenciáveis e não gerenciáveis

Esses custos totalizaram R$ 8.317 em 2017 e referem-se essencialmente à amortização do Bônus de Outorga registrado no Intangível – direito de uso do ativo, no valor de R$ 7.538. Os demais custos decorrem dos encargos de uso da rede elétrica, da compensação financeira para utilização dos recursos hídricos (*royalties*), dos materiais e serviços de terceiros, entre outros menos relevantes.

c) Resultado financeiro

O valor refere-se essencialmente aos juros sobre as Notas Promissórias registrados na despesa financeira no valor de R$ 5.125.

d) Lucro líquido do período

No período de 20.10.2017 a 31.12.2017 o lucro líquido decorreu dos seguintes fatores: (i) R$ 20.414 no EBITDA; (ii) R$ 7.538 de amortização do intangível; (iii) R$ 4.600 das despesas financeiras líquidas; e (iv) R$ 865 do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

A margem bruta foi de 60,8%, desempenho que se deve, essencialmente, ao resultado decorrente das operações no mercado regulado, através do Retorno de Bonificação pela Outorga (RBO). Já a margem líquida ficou em 35,0%. As referidas margens demonstram a boa condição financeira da Companhia já nos primeiros meses de operação.

A tabela a seguir apresenta a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA.

Reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA	20.10.2017 a 31.12.2017
Lucro líquido do exercício	7.411
(+) Imposto de renda e contribuição social	865
(+) Resultado financeiro	4.600
(+) Amortização	7.538
EBITDA	**20.414**

O EBITDA apresentado pela Companhia segue a orientação estabelecida na Instrução CVM nº 527/2012, que passou a reger a divulgação desse indicador não contábil. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Internacionais e as Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.
Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Adicionalmente, quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Gestão Socioambiental

A Usina Hidrelétrica Miranda, quando operada pelo antigo proprietário, possuía as certificações ISO 9001 (Qualidade) e 14001 (Gestão Ambiental) e ainda OSHAS 18001 (Saúde e Segurança). Com a transferência do ativo, as certificações são perdidas, havendo a necessidade de haver novos processos de certificação, pautados pela cultura, modelo de gestão, políticas e procedimentos da nova operadora.

A Administração da Companhia está engajada em realizar as adaptações estruturais eventualmente necessárias, bem como a aculturação e capacitação dos recursos humanos direta e indiretamente envolvidos na operação da Usina para que, ainda em 2018, possam ser reconduzidos os processos de certificação acima citados, dado que a controladora, ENGIE Brasil Energia, possui tais certificações em 12 Usinas em todo o país, o que indica que as condições básicas já estão estabelecidas.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, executados por liberalidade da Companhia, uma vez que não há condicionantes legais:

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;

b) Programa de Reflorestamento Ciliar;

c) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;

d) Afugentamento e resgate de peixes nas paradas de máquinas;

e) Monitoramento da ictiofauna;

f) Programa de Peixamento;

g) Operação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Jacob;

h) Programa de educação ambiental; e

i) Acervo arqueológico

7. Recursos Humanos

A Companhia Energética Miranda não possui empregados e sua administração é realizada pela controladora ENGIE Brasil Energia, com a qual assinou contrato de prestação de serviços administrativos e financeiros e de reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina, com vigência a partir de 01.01.2018, no qual estão incluídos os montantes relativos a remuneração dos Diretores e do Conselho de Administração.

Cabe ressaltar que empregados da antiga controladora estão sendo avaliados para eventual inclusão no quadro de colaboradores da nova operadora. É do interesse da Administração manter esse vínculo com tais profissionais, que não só agregam todo o conhecimento histórico das especificidades da Usina, como também possuem o capital social e de relacionamento com as comunidades do entorno, parceiros e fornecedores locais. Há aí um ativo intangível considerável, especialmente no estabelecimento de relações duradouras de longo prazo, como é objetivo da Companhia. Traduzindo em números, 80 pessoas se inscreveram para oportunidades na Usina, sendo 29 empregados ou ex-empregados da CEMIG, além de terceirizados e prestadores de serviço.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2017.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia Energética Miranda agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2017.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA

CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		888
Concessionárias e permissionárias	4	22.010
		22.898
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Intangível	5	1.352.462
		1.352.462
TOTAL		**1.375.360**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2017
PASSIVO CIRCULANTE		
Dividendos	8	1.066
Notas promissórias	6	783.679
Imposto de renda e contribuição social a pagar		739
Obrigações fiscais		803
Encargos setoriais		150
		786.437
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Encargos setoriais		5
		5
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	
Capital social		10
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	582.563
Reserva legal		20
Dividendos adicionais propostos		9.590
Proventos excedentes da contabilidade societária		(3.265)
		588.918
TOTAL		**1.375.360**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO PARA O PERÍODO DE 20 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	20.10.2017 a 31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9	
Suprimento de energia elétrica		21.177
Energia elétrica de curto prazo		833
		22.010
Deduções da receita bruta		
Tributos		
PIS		(143)
Cofins		(661)
Encargos – Parcela "A"		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(13)
		(817)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**21.193**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"		
Encargos de uso da rede elétrica		(100)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(42)
		(142)
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**21.051**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		
Amortização de intangível	5	(7.538)
Material e serviços de terceiros		(522)
Outros custos operacionais		(115)
		(8.175)
LUCRO DA ATIVIDADE		**12.876**
Resultado financeiro		
Despesas financeiras		(5.166)
Receitas financeiras		566
		(4.600)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**8.276**
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(865)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**7.411**
Lucro por ação básico e diluído – em reais	**10**	**74,1103**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE REGULATÓRIO PARA O PERÍODO DE 20 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	20.10.2017 a 31.12.2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**7.411**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**7.411**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) REGULATÓRIO PARA O PERÍODO DE 209 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	20.10.2017 a 31.12.2017
Atividades operacionais	
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	8.276
Ajustes para conciliar o lucro antes dos tributos com o caixa gerado pelas operações:	
Amortização do intangível	7.538
Juros de notas promissórias	5.125
Lucro ajustado	**20.939**
(Aumento) nos ativos	
Concessionárias e permissionárias	(22.010)
Aumento nos passivos	
Obrigações fiscais	677
Encargos setoriais	155
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais	**(239)**
Atividades de investimento	
Aplicação no intangível	(1.360.000)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	**(1.360.000)**
Atividades de financiamento	
Integralização de capital	10
Emissão de notas promissórias	778.554
Adiantamento para futuro aumento de capital	582.563
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	**1.361.127**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**888**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa	
Saldo inicial	-
Saldo final	888
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**888**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA

CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO PARA O PERÍODO DE 20 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

		Capital social							
	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Proventos excedentes da contabilidade societária	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Capital subscrito		100	(100)	-	-	-	-	-	**-**
Integralização de capital em 20.10.2017	8	-	10	-	-	-	-	-	**10**
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	-	-	582.563	-	-	-	-	**582.563**
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	(3.265)	3.265	**-**
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	7.411	**7.411**
Destinações propostas à AGO:									
- Reserva legal	8	-	-	-	20	-	-	(20)	**-**
- Dividendos mínimos obrigatórios	8	-	-	-	-	-	-	(1.066)	**(1.066)**
- Dividendos adicionais propostos	8	-	-	-	-	9.590	-	(9.590)	**-**
Saldos em 31.12.2017		**100**	**(90)**	**582.563**	**20**	**9.590**	**(3.265)**	**-**	**588.918**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 27.09.2017, ocorreu o Leilão de Concessões não Prorrogadas, promovido pela Aneel, no qual a ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE") e a ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC") formaram um consórcio e arrematataram o lote relativo a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), tendo apresentado o maior valor de bonificação pela outorga para a geração de energia elétrica em regime de cotas, observando o percentual de 70% da garantia física da Usina destinado ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar a UHE Miranda, localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia, a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408,0 MW e 198,2 MW médios de garantia física.

Em 10.11.2017, foi assinado o Contrato de Concessão nº 03/2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela destinada ao ACR, a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração – RAG, a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração – GAG, da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga – RBO, da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos. A partir da data de início da contagem do prazo da concessão a Companhia passou a ter direito à totalidade da RAG, que será ajustada anualmente pela Aneel, no dia primeiro de julho. Durante o período de operação assistida, compreendido entre a data de assinatura do contrato e o início do prazo da concessão, a Companhia fez jus apenas à RBO.

Em 27.11.2017, a Companhia emitiu notas promissórias, com vencimento em novembro de 2018, para o financiamento do pagamento da bonificação pela outorga, realizado em 30.11.2017. A Companhia está avaliando a emissão de dívida de longo prazo visando o refinanciamento dessas notas promissórias. Com isto, em 31.12.2017, a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo, no montante de R$ 763.539, o qual deverá tornar-se positivo com o referido refinanciamento da dívida de curto prazo. Ademais, a Companhia conta com todo o suporte necessário da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez. Adicionalmente, em 31.12.2017, foi avaliada a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e não há dúvidas quanto à capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro.

Todos os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia foram indicados pela controladora, no âmbito da qual já são remunerados para o exercício de funções na administração da controlada. A Companhia assinou contrato com a sua controladora, com vigência a partir de 01.01.2018, no qual estão incluídos os montantes relativos a remuneração dos Diretores e do Conselho de Administração. Mais informações vide Nota 12 – Transações com partes relacionadas.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Aneel por meio da Resolução Normativa n° 605, de 11 de março de 2014 e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Estas diferenças estão explicadas na Nota 13 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a) Bases de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Companhia.

c) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores no exercício apresentado.

d) Período comparativo

A Companhia foi constituída em 09.10.2017 e suas atividades tiveram início em 20.10.2017, motivo pelo qual não apresenta período comparativo em suas demonstrações contábeis regulatórias.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos por depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado.

As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis regulatórias. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Concessionárias e permissionárias

São registrados inicialmente pelo valor da venda ou cobrança e posteriormente pelo custo amortizado.

a.3) Notas promissórias

São reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Intangível

Refere-se ao direito de uso da infraestrutura, originado pela bonificação pela outorga da concessão. A amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão. A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar a perda de valores não recuperáveis de seus ativos. Em 2017, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável destes ativos.

c) Demais passivos circulantes e não circulantes

As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

d) Reconhecimento da receita

d.1) Receita de geração pelo regime de alocação de cotas

O valor da RAG está previsto no contrato de concessão e é reconhecido pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Este reconhecimento não está vinculado a utilização das instalações pelos usuários do sistema, nem está sujeito ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

d.2) Outras receitas de venda de energia

As demais receitas são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e das contribuições incidentes sobre ela. A receita de venda de energia é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e (v) a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

NOTA 4 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31.12.2017
Distribuidoras	21.177
Transações realizadas na CCEE	833
	22.010

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

A Companhia não apresenta saldos vencidos em 31.12.2017.

NOTA 5 – INTANGÍVEL

	Valor bruto em 20.10.2017	Adições 2017	Valor bruto em 31.12.2017	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2017
Ativo intangível em serviço					
Geração					
Softwares		502	502	(502)	-
Bônus de Outorga	-	1.360.000	1.360.000	(7.538)	1.352.462
	-	**1.360.502**	**1.360.502**	**(8.040)**	**1.352.462**

O valor pago de bonificação pela outorga representa o direito de uso da infraestrutura da Usina. Esse montante está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão da Usina.

NOTA 6 – NOTAS PROMISSÓRIAS

Em 27.11.2017, a Companhia realizou a 1ª emissão de notas promissórias, na qual foram emitidas 156 notas promissórias, série única, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal de R$ 5.000, perfazendo o montante total de R$ 780.000, totalizando R$ 778.554, líquido dos custos de captação. Os recursos obtidos destinaram-se ao pagamento da bonificação pela outorga, nos termos do Leilão nº 01/2017.

As notas promissórias são garantidas por aval prestado pela controladora ENGIE Brasil Energia, compreendendo todas as obrigações principais e acessórias assumidas. Não há cláusula de compromissos contratuais (*covenants*).

A Companhia está em processo de avaliação de emissão de uma dívida de longo prazo visando refinanciar essas notas promissórias.

a) Mutação das notas promissórias

	Circulante
Saldo em 20.10.2017	**-**
Valor da emissão	778.554
Juros no resultado	5.125
Saldo em 31.12.2017	**783.679**

b) Principais condições contratadas

Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Saldo total	Adimplente?	Data captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data próximo Pgto Juros	Data próximo Pgto Amortização	Vencimento final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional													
Banco J. Safra S.A.	5.125	778.554	783.679	Sim	27.11.2017	Aval	104,9% a.a. sobre Δ Taxa DI	-	11.2018	11.2018	22/11/2018	Único	Final

c) Fluxo de pagamento

Instituição / Linha credora	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo	
	2018	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional		
Banco J. Safra S.A.	783.679	783.679

NOTA 7 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos de seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas às notas promissórias – taxa DI, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

a.1) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade das notas promissórias, expostas a riscos da variação de índice inflacionário e taxa de juro, respectivamente.

O cenário-base provável para o ano de 2018 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

		Cenário	Sensibilidade		
Variação das taxas de juros e índices:	**Variação 2017**	**Provável 2018**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Δ + 50% (*)**
CDI – Risco de aumento	7,2%	6,8%	-0,4 p.p.	1,7 p.p.	3,4 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2018.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2017 e os previstos no cenário provável para 2018 e demonstram o incremento no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e de 50% sobre o cenário provável para 2018.

	Saldos em	Sensibilidade		
	31.12.2017	**Provável**	**Δ + 25%**	**Δ + 50%**
Notas promissórias				
CDI	783.679	2.973	(12.743)	(25.680)
Total		**2.973**	**(12.743)**	**(25.680)**

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras e a venda de energia no ACL. Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para instituições financeiras. Nas operações de venda de energia no ACL, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, pelo período de 13 anos. Mais informações vide Nota 12 – Transações com partes relacionadas.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

Em 31.12.2017, a Companhia mantém em seu passivo as notas promissórias, as quais serão liquidadas em 11. 2018. O valor do fluxo de caixa não descontado previsto desse passivo financeiro é de R$ 835.323. Conforme anteriormente mencionado, a Companhia estuda a emissão de uma dívida de longo prazo para refinanciar essas notas promissórias.

d) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

e) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.12.2017
Ativos financeiros	
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	
Aplicações financeiras	833
Recebíveis e empréstimos	
Caixa e depósitos bancários à vista	55
Concessionárias e permissionárias	22.010
	22.898
Passivos financeiros	
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado	
Notas promissórias	783.679
Dividendos	1.066
Encargos setoriais	155
	784.900

As aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1). Não houve transferência entre o Nível 1 e 2. Adicionalmente, todos os ativos e os passivos divulgados acima se aproximam do seu valor justo.

NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito da Companhia é de R$ 100, dos quais R$ 10 foram integralizados em 09.10.2017, representado por 100.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 99.999 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 1 é de propriedade da EBC.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

Conforme mencionado na Nota 14 – Eventos subsequentes, em 09.01.2018 ocorreu a integralização do capital social no montante de R$ 90 e em 10.01.2018 foi capitalizado o adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R$ 582.563.

c) Dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

A Companhia está propondo a distribuição de dividendos adicionais relativos ao exercício de 2017 no montante de R$ 9.590.

d) Proventos excedentes da contabilidade societária

Refere-se à diferença de distribuição de dividendos da Companhia entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

NOTA 9 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	31.12.2017		
	Nº Consumidores	MWh Mil	R$ Mil
Suprimento - Não faturado	50	242	21.177
Transações no mercado de curto prazo – Não faturado	-	4	833
	50	**246**	**22.010**

A capacidade instalada da Usina é destinada na proporção de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) no Sistema de Cota de Garantia Física e 30% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme o Contrato de Concessão nº 02/2017, assinado em 10.11.2017.

No exercício de 2017 a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

NOTA 10 – LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período.

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores no exercício apresentado, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

	20.10.2017 a 31.12.2017
Numerador	
Lucro líquido do período	7.411
Denominador	
Média ponderada de ações ordinárias	100.000
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**74,1103**

NOTA 11 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	20.10.2017 a 31.12.2017	
	Imposto de renda	**Contribuição social**
Receita operacional bruta	22.010	22.010
Alíquotas	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	**1.761**	**2.641**
Receita financeira	566	566
Base de cálculo	**2.327**	**3.207**
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(582)**	**(289)**
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	6	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**(576)**	**(289)**

NOTA 12 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Venda de energia

A Companhia firmou contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no qual vende a totalidade de sua garantia física destinada ao ACL, pelo prazo de 13 anos, com início em 01.01.2018. O contrato prevê a venda de 57,5 MW médios ao preço de R$ 130/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA.

b) Serviços administrativos

A Companhia firmou contrato com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2018 e com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros.

Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). O valor anual do contrato é de R$ 395.

NOTA 13 – CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS

As demonstrações contábeis societárias são elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Enquanto que as demonstrações contábeis regulatórias seguem a regulamentação regulatória, determinada pela Aneel. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas contábeis regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis societárias.

Balanço Patrimonial

		31.12.2017		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa		888	-	888
Concessionárias e permissionárias	13a	22.010	(19.866)	2.144
Ativo financeiro de concessão	13a	-	114.625	114.625
		22.898	**94.759**	**117.657**
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Ativo financeiro de concessão	**13a**	**-**	**853.754**	**853.754**
Intangível		**1.352.462**	**(943.566)**	**408.896**
		1.352.462	**(89.812)**	**1.262.650**
TOTAL		**1.375.360**	**4.947**	**1.380.307**

	Nota	31.12.2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário
PASSIVO CIRCULANTE				
Dividendos		1.066	-	1.066
Notas promissórias		783.679	-	783.679
Imposto de renda e contribuição social a pagar		739	-	739
Obrigações fiscais		803	-	803
Encargos setoriais		150	-	150
		786.437	**-**	**786.437**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13a	-	1.682	1.682
Encargos setoriais		5	-	5
		5	**1.682**	**1.687**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social		10	-	10
Adiantamento para futuro aumento de capital		582.563	-	582.563
Reserva legal		20	-	20
Dividendos adicionais propostos		9.590	-	9.590
Proventos excedentes da contabilidade societária		(3.265)	3.265	-
		588.918	**3.265**	**592.183**
TOTAL		**1.375.360**	**4.947**	**1.380.307**

Demonstração do resultado

	Nota	20.10.2017 a 31.12.2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica	13a	21.177	(20.619)	558
Energia elétrica de curto prazo		833	-	833
Outorga	13a	-	19.602	19.602
		22.010	**(1.017)**	**20.993**
Deduções da receita bruta				
Tributos				
PIS	13a	(143)	134	(9)
Cofins		(661)	619	(42)
Encargos – Parcela "A"				
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(13)	-	(13)
		(817)	**753**	**(64)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**21.193**	**(264)**	**20.929**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"				
Encargos de uso da rede elétrica		(100)	-	(100)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(42)	-	(42)
		(142)	**-**	**(142)**
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**21.051**	**(264)**	**20.787**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"				
Amortização de intangível	13a	(7.538)	5.211	(2.327)
Material e serviços de terceiros		(522)	-	(522)
Outros custos operacionais		(115)	-	(115)
		(8.175)	**5.211**	**(2.964)**
LUCRO DA ATIVIDADE		**12.876**	**4.947**	**17.823**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras		(5.166)	-	(5.166)
Receitas financeiras		566	-	566
		(4.600)	**-**	**(4.600)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**8.276**	**4.947**	**13.223**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(865)	-	(865)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13a	-	(1.682)	(1.682)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**7.411**	**3.265**	**10.676**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

a. Concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão e intangível

A capacidade instalada da Usina será destinada na proporção de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") no Sistema de Cota de Garantia Física e 30% ao Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A parcela destinada ao ACR é garantida pelo Poder Concedente e não possui risco de demanda.

A bonificação pela outorga por 30 anos foi de R$ 1.360.000 e o pagamento se deu em parcela única em 30.11.2017.

Na contabilidade societária, a Companhia procedeu o cálculo do valor presente decorrente dos fluxos de caixa futuros da energia a ser liquidada no ACR, com base na taxa de desconto antes dos impostos, apurada para a finalidade desse cálculo, de 6,9% a.a., a qual melhor representa a expectativa de retorno desta parcela do investimento. O montante apurado compreende um direito incondicional da Companhia de receber caixa, durante o período de concessão e, por isto, foi classificado como ativo financeiro. A diferença entre o valor total da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão foi reconhecida no ativo intangível. A parcela reconhecida no ativo financeiro de concessão é remunerada pela taxa interna de retorno e atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e é reduzida com os recebimentos do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). O intangível é amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Em contrapartida, para fins regulatórios o montante total da bonificação pela outorga foi reconhecido no ativo intangível, sendo também amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2017
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	
Remuneração do ativo financeiro da concessão	19.602
Retorno da Bonificação de Outorga (RBO), líquida	(19.866)
Amortização do intangível	5.211
Tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis	(1.682)
Saldos no final do exercício	**3.265**

NOTA 14 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital social subscrito

Em 09.01.2017, ocorreu a integralização do capital social, no montante de R$ 90. Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10.01.2018, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social da Companhia com o adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R$ 582.563, passando de R$ 100 para R$ 582.663, com a emissão de 582.563.140 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Assim, o capital social da Companhia passa a ser constituído por 582.663.140 ações, das quais 582.663.139 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 1 é de propriedade da EBC.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Dona Francisca, 260 -
Sala 1.504
89201-250 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética Miranda

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Energética Miranda ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de outubro a 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Miranda em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 20 de outubro a 31 de dezembro de 2017, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e nº 9 às demonstrações contábeis regulatórias, a receita da Companhia decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em virtude da complexidade no processamento e registro das transações e no reconhecimento da receita no período adequado.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita (ii) exame das planilhas de controle da receita; (iii) recálculo da receita considerando o contrato de concessão, atentando se os valores foram calculados corretamente e reconhecidos na competência adequada; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizado pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que indica que a Companhia foi constituída em 9 de outubro de 2017, e, portanto, não há informações comparativas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 2 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 27 de abril de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados